

Cimi

Regionais

Terras Indígenas

Assessoria Jurídica

Assessoria Teológica

Política Indigenista

Povos Indígenas

Jornal Porantim

Mundo que nos Rodeia

» Notícias

Missão da ONU se torna alvo da bancada ruralista na CPI da Funai/Inkra

Inserido por: Administrador em 20/05/2016.

Fonte da notícia: Por Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi



O deputado federal ruralista Valdir Colatto (PMDB/RS) protocolou requerimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai/Inkra requisitando ao Ministério da Casa Civil informações e documentos referentes à missão da Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos dos Povos Indígenas ao Brasil. O requerimento precisa ser votado pelos parlamentares membros da CPI. No último mês de março, a relatora Victoria Tauli-Corpus (na foto, recebendo documento de liderança Pataxó) percorreu, em missão oficial da ONU, terras indígenas no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará verificando se recomendações feitas ao país pela Relatoria das Nações Unidas em 2008 tinham sido atendidas.

A bancada ruralista se irritou com as conclusões da missão da ONU. Ao fim da visita, em 17 de março deste ano, Victoria afirmou que o governo brasileiro não havia observado as recomendações - sobretudo no que se refere às demarcações - e concluiu, em relatório parcial apresentado durante entrevista coletiva em Brasília, que, ao contrário: os direitos indígenas no Brasil corriam sério risco de serem desfeitos por força de interesses privados sobre os territórios tradicionais reivindicados pelos povos país afora. Para Victoria, a autodeterminação dos povos indígenas não vem sendo respeitada pelo governo brasileiro. A relatora deverá apresentar um relatório definitivo, contendo novas recomendações ao país, no próximo mês de setembro.

Colatto argumenta, apresentando desconhecimento sobre as prerrogativas de trabalho das relatorias da ONU e seu funcionamento, que a missão deveria ter sido acompanhada de perto pelo governo brasileiro. Em tom de denúncia, o parlamentar ruralista apontou o que denominou como "passado onguista" da relatora, sem nenhuma atenção às funções, perfis e objetivos dos mandatos da Relatoria Especial da ONU. "Essa relatora veio em um momento relativamente crítico do nosso País e no calor dos trabalhos desta CPI, sugerindo uma forma de intervenção nas questões internas do povo e do Estado brasileiros, inclusive traçando críticas à atuação do Governo na demarcação de Terras Indígenas (SIC)", justificou Colatto no requerimento.

A iniciativa de Colatto não é o primeiro ataque à missão da ONU no país. Enquanto estava na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, a relatora tomou conhecimento de uma declaração da deputada estadual ruralista Mara Caseiro (PMB/MS), então presidente da CPI que investigou a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso do Sul, em que a parlamentar questionava o fato da relatora ser parcial na defesa dos povos indígenas. A ruralista também criticou o envolvimento de Victoria com organizações internacionais de promoção dos direitos humanos.

Boletim

Boletim o Mundo que nos Rodeia

Digite seu email

ok

remover e-mail



**CENTRO DE
FORMAÇÃO
VICENTE CAÑAS**



Recomendamos





Em resposta, Victoria disse: "Sou parcial mesmo. Isso é o que pede o mandato a mim entregue pela ONU na Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Minha função é verificar se os princípios das Nações Unidas para essas populações são observados pelo governo brasileiro; tecer críticas e fazer recomendações. Então sou parcial, esse é o papel da Relatoria Especial". Conforme o cacique Ramon Tupinambá, a missão da ONU é essencial para que os povos indígenas tenham seus direitos respeitados: "São normas internacionais que o governo brasileiro desrespeita, além da Constituição. Então é importante que na ONU se saiba o que acontece aqui. Os assassinatos, emboscadas, criminalizações e a falta de demarcação".

O Brasil e a ONU

O Brasil é país membro fundador da ONU. De acordo com a Fundação Alexandre Gusmão, entidade vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, "as Nações Unidas estão presentes no encaminhamento dos macroproblemas internacionais de natureza política, militar, econômica, social, ambiental e jurídica. A ONU funciona como instância de mediação ou interveniência em situações críticas, isto é, altamente conflituosas (...) Em ambos os casos, desempenha inequívoco papel de legitimação e impõe sanções aos que rompem com os seus princípios".

Durante o Ano Internacional dos Povos Indígenas (1993), a ONU publicou a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Nela estão as diretrizes internacionais a serem seguidas pelos países membros das Nações Unidas quanto ao trato do Estado Nacional a essas populações, envolvendo direitos à terra, autodeterminação e direitos humanos. "Os povos indígenas têm o direito ao pleno e efetivo desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos na Carta das Nações Unidas e outros instrumentos internacionais de direitos humanos", diz a Declaração.

A ONU, com isso, possui instrumentos próprios para verificar se os países membros estão adequados aos princípios norteadores das Nações Unidas, determinados por declarações, cartas, recomendações e normativas. A gestão de Victoria Tauli-Corpuz na Relatoria Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, portanto, tem a função de acompanhar a execução da política internacional das Nações Unidas nos países membros; verificar, inclusive, se recomendações realizadas por gestões anteriores da Relatoria Especial foram atendidas pelos governos. Em curtas palavras, o trabalho envolve fiscalização e controle social da política internacional.

A missão da Relatoria Especial da ONU

Victoria Tauli-Corpuz esteve no Brasil, liderando uma missão internacional da ONU, durante o mês de março deste ano. Visitou terras indígenas em situação de conflito fundiário, símbolos da falta de garantia de direitos humanos e sociais destes povos, no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará - neste último caso, Victoria esteve com populações indígenas impactadas pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Estes estados e terras indígenas tinham sido visitados pelo predecessor de Victoria na Relatoria Especial da ONU sobre Direitos Indígenas, James Anaya, em 2008. O objetivo da visita de Victoria foi o de verificar se as recomendações de Anaya tinham sido atendidas pelo governo brasileiro e fazer outras, conforme o que se constatasse durante o roteiro de viagem.

"Em termos gerais, minha primeira impressão após esta visita é de que o Brasil possui uma série de disposições constitucionais exemplares em relação aos direitos dos povos indígenas, e que no passado o país deixou patente sua liderança mundial no que se refere à demarcação dos territórios indígenas", afirmou Victoria Tauli-Corpuz no dia 17 de março - durante coletiva de imprensa em que a relatora apresentou as impressões de sua visita.

Nos dias em que percorreu as terras indígenas, Victoria e sua delegação, composta por assessores, jornalistas, tradutores e agente de segurança da ONU, foram acompanhadas por escolta da Polícia Federal. A relatora cumpriu agenda também com o governo federal, nas Comissões de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e Senado federais e se reuniu com a diretoria da Federação de Agricultores do Mato Grosso do Sul (Famasul), quando ouviu as reclamações dos ruralistas sobre retomadas de terras pelos povos indígenas. "Nos oito anos que se seguiram à visita de meu predecessor, [...] houve retrocessos extremamente preocupantes na proteção dos direitos dos povos indígenas", ressaltou a relatora, no relatório resumido que foi entregue à imprensa. "Os riscos enfrentados pelos povos indígenas estão mais presentes do que nunca desde a adoção da Constituição de 1988".

Notícias

Cimi divulga pré-selecionados para vaga de contabilista

As entrevistas presenciais devem ocorrer no dia 20 de maio e o resultado final será divulgado no dia 25 de maio, para admissão imediata a partir do dia 1º de junho.

Em nota, CNDH repudia extinção pelo governo Temer de pastas sobre direitos humanos

"Na opinião do CNDH, a existência de pasta específica para tratar dos direitos humanos é fundamental para o fortalecimento das ações de reparação, promoção e defesa desses direitos humanos", diz...

Edital prorrogado: Cimi contrata profissional da área de Ciências Contábeis

Inscrições para a seleção de contador(a) para trabalhar no departamento contábil da entidade, em Brasília (DF), foram prorrogadas até o dia 13 de maio

Acampamento Terra Livre reúne indígenas de todo país em Brasília na luta por seus direitos

Representantes de povos indígenas de todas as regiões estarão mobilizados em Brasília entre os dias 10 e 13 de maio

Cimi e Unila promovem curso de extensão em histórias e culturas indígenas

Inscrições para curso realizado em julho pelo Cimi e a Universidade da Integração Latino Americana estão abertas até o dia 10 de junho.

Total de Resultados: 128

Página atual: 1 de 26

1 2 3 4 5 6 Próximo Final

